



NAÇÕES UNIDAS  
CABO VERDE



Número I  
2024

# MORABEZA

*Boletim Informativo*



## ÍNDICE

---

Análise: Como acelerar a realização ds ODS?	1
A OMS certifica Cabo Verde como país livre de paludismo, assinalando um marco histórico na luta contra o paludismo	4
Cidade Velha - Património Mundial da UNESCO - Recebe o primeiro campo-escola internacional de arqueologia subaquática	6
Não deixar ninguém pra trás - Combater a pobreza menstrual	9
A inovação ao serviço do desenvolvimento sustentável: "OK Solve" vence II Concurso Nacional de Ideias para a Economia Azul	10
1.2 milhões de dólares para promover a transparência e prestação de contas	13
Localização dos ODS	14
Luz para mudar vida de dezenas de meninas	13
Economia Azul - Formação sobre empreendedorismo: 140 mulheres e homens capacitados	14
Direitos Humanos : Uma reflexão sobre os Princípios de Paris.	17
Cabo Verde avança na gestão de resíduos hospitalares	19
Inovação: Promover e acelerar o turismo em São Filipe e Cidade Velha	20
Assinatura do Plano de Trabalho Conjunto 2024	21

## Análise

# COMO ACELERAR A REALIZAÇÃO DS ODS?

Por Sérgio Vieira  
Economista Gabinete Coordenação das Nações Unidas  
Cabo Verde

## Análise

# ACELERAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 é uma abordagem inclusiva e expansiva do desenvolvimento, incluindo as três dimensões fundamentais: económica, social e ambiental. Esta agenda é ousada, abrangente e ambiciosa, integrando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que foram adotados por todos os líderes mundiais para um futuro sustentável; um mundo transformado em benefício de toda a humanidade.

Um aspeto importante desta agenda é de que todos os objetivos estão profundamente interligados – qualquer ação tomada para alcançar um pode ajudar a alcançar os outros. Isto significa que uma política integrada é necessária para alcançar os ODS. Não podemos trabalhar separadamente, em silos, nos diferentes objetivos.

No entanto, a prática do desenvolvimento dominante – e em grande parte, as nossas instituições, mercados, incentivos ao investimento e processos políticos – favorecem abordagens isoladas. Muitas vezes, isto leva a elaboração de estratégias e processos descoordenados, com planeamentos, políticas e quadros regulamentares desequilibrados com todo o conjunto dos ODS. Esta desconexão entre as nossas ambições do século XXI e a nossas estruturas e/ou processos herdados do século XX levam a que os ODS sejam atualmente uma aspiração distante em muito lugares. Por isso é preciso rever as estratégias e acelerar os ODS.

A prioridade mais premente para os decisores políticos é garantir uma abordagem integrada. Essa visão poderá fazer com que os modelos económicos e os processos políticos sejam renovados de acordo com as ambições da Agenda 2030. Deste modo os investimentos também serão galvanizados em escala para a aceleração dos ODS.

Os estudos sobre os ODS concluem que **transições-chave**, focando em linhas estratégicas com efeitos catalíticos e multiplicadores em todos os ODS, podem **acelerar a realização** das metas propostas para 2030. **Estas transições-chave são:**

- (1) sistemas alimentares; (2) energia disponível e acessível; (3) conectividade digital; (4) educação; (5) empregos e proteção social; e (6) alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

Enraizadas nos 17 ODS, estas transições não constituem uma nova agenda. Em vez disso, as transições representam um enquadramento útil que pode destacar caminhos de investimento para acelerar o progresso dos ODS. Além disso, tal como os ODS estão interligados, estas seis transições também. Por exemplo, os sistemas energéticos e alimentares estão inextricavelmente interligados com as alterações climáticas, perda de biodiversidade e poluição, pois ambos contribuem para as emissões de gases com efeito de estufa.

As ações e o nível de prioridade de cada transição devem ser definidos tendo em conta o contexto nacional. As métricas de sucesso para essas transições são principalmente na forma como elas atendem a todas as pessoas nas nossas sociedades. Estas devem ser transições justas e equitativas, integrando os direitos humanos, a igualdade de género e o princípio de Não Deixar Ninguém para Trás.



As transições não podem ser alcançadas sem meios eficazes de implementação, incluindo melhorias na utilização da ciência, tecnologia e inovação, unindo a necessidade de dados e o fortalecimento da localização dos ODS. A governança também terá que ser fortalecida através de mudanças de políticas e de quadros de regulamentação, incluindo o desenvolvimento de capacidades do setor público nacional para implementar políticas e mobilizar os recursos necessários. Este último ponto exige um elemento crítico que é uma transformação do financiamento. Com uma lacuna estimada em cerca de 4,2 biliões de dólares por ano, os ODS exigem um salto quantitativo nos recursos financeiros disponíveis.

**Em Cabo Verde, as seis transições aparecem espelhadas nas prioridades e aceleradores do PEDS II 2022-2026, assim como nas quatro prioridades estratégicas do [Quadro de Cooperação das Nações Unidas 2023-2027](#).**

No caso do PEDS II, analisando os 28 programas setoriais, vemos que todos eles contribuem pelo menos para uma das seis transições e em 93% dos casos até contribuem para mais do que uma transição ao mesmo tempo. Fica claro também que das seis transições, a conectividade digital é a mais integrada nos 28 programas.

Usando [Cabo Verde UN-Info Data Portal 2024](#) – a base de dados onde são reportadas as atividades por parte das agências do sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, confirma-se que os projetos implementados pelas agências estão alinhados com as seis transições, pois 102 dos 133 projetos (produtos), ou seja 77% dos projetos, são classificáveis numa das seis transições (ver Tabela 1), na página seguinte.

Tabela 1: Número de atividades das Nações Unidas em Cabo Verde em 2024, classificadas por transição

	Sistemas alimentares	Energia acesso e acessibilidade	Conectividade digital	Educação	Empregos e proteção social	Alterações climáticas
Talento humano e capital social	0	2	6	9	22	4
Transformação Económica Inclusiva	5	1	9	1	17	2
Transição justa para um ambiente saudável	2	1	3	5	1	22
Governança transformadora e coesão territorial	2	1	1	0	14	1
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>54</b>	<b>29</b>
<b>Percentagem do total</b>	<b>7%</b>	<b>5%</b>	<b>14%</b>	<b>11%</b>	<b>40%</b>	<b>22%</b>

No entanto, usando a mesma base de dados do UN-Info 2024, podemos verificar que existem discrepâncias no volume dos recursos financeiros alocados para as seis transições (ver Tabela 2). As alterações climáticas aparecem com um destaque importante, englobando mais dum terço do orçamento total (ainda provisório) para 2024. No outro extremo, as transições energia (acesso e acessibilidade) e conectividade digital tem uma alocação bem menor – 1% e 3% do orçamento total respetivamente. Já, os sistemas alimentares, a educação, os empregos e proteção social

representam cada um em torno dum quinto do orçamento total provisório para 2024.

Tendo em conta esta situação torna-se crucial a mobilização de recursos e apoio financeiro para as transições de energia e conectividade digital. Estas são, em ambos casos, transições fundamentais para acelerar o conjunto dos ODS, mas também dois eixos prioritários do Governo de Cabo Verde para o seu desenvolvimento sustentável.

Tabela 2: Contribuição financeira das atividades das Nações Unidas em Cabo Verde em 2024 classificadas por transição

	Sistemas alimentares	Energia acesso e acessibilidade	Conectividade digital	Educação	Empregos e proteção social	Alterações climáticas
<b>Total</b>	<b>1,509,000</b>	<b>70000</b>	<b>206,150</b>	<b>1,339,000</b>	<b>1,230,000</b>	<b>2,467,000</b>
<b>Percentagem do total</b>	<b>22%</b>	<b>1%</b>	<b>3%</b>	<b>20%</b>	<b>18%</b>	<b>36%</b>

Fonte: Cálculos efetuados na base dos dados disponíveis no UN-Info.



# OMS

## Marco histórico: Cabo Verde certificado como país livre de paludismo



"Saúdo o Governo e o povo de Cabo Verde pelo seu empenho inabalável e resiliência na sua jornada para eliminar a malária. A certificação da OMS de que Cabo Verde está livre da malária é um testemunho do poder do planeamento estratégico da saúde pública, da colaboração e do esforço sustentado para proteger e promover a saúde. O sucesso de Cabo Verde é o mais recente na luta global contra a malária e dá-nos esperança de que, com as ferramentas existentes, bem como com as novas, incluindo as vacinas, podemos ousar sonhar com um mundo sem malária."

Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus  
disse o Diretor-Geral da OMS

**Um total de 43 países e 1 território foram até agora certificados como livres do paludismo.**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) certificou Cabo Verde como um país livre de paludismo, uma conquista significativa na saúde global.

Cabo Verde é o terceiro país a ser certificado na região africana, juntando-se às Maurícias e à Argélia, que foram certificadas em 1973 e 2019, respetivamente. O fardo da malária é o mais elevado no continente africano, que representou aproximadamente 95% dos casos globais de malária e 96% das mortes relacionadas em 2021.

A certificação da eliminação da malária impulsionará um desenvolvimento positivo em muitas frentes para Cabo Verde. Os sistemas e estruturas criados para a eliminação da malária reforçaram o sistema de saúde e serão utilizados para combater outras doenças transmitidas por mosquitos, como a dengue. Os viajantes de regiões não endémicas de malária podem agora viajar para as ilhas de Cabo Verde sem receio de infeções locais de malária e do inconveniente potencial das medidas de tratamento preventivo. Isto tem o potencial de atrair mais visitantes e impulsionar as actividades socioeconómicas num país onde o turismo representa aproximadamente 25% do PIB.

A certificação da eliminação da malária é o reconhecimento oficial pela OMS do estatuto de país livre da malária. A certificação é concedida quando um país demonstra - com provas rigorosas e credíveis - que a cadeia de transmissão autóctone da malária pelos mosquitos Anopheles foi interrompida a nível nacional durante, pelo menos, os últimos três anos consecutivos. Um país deve também demonstrar a capacidade de impedir o restabelecimento da transmissão.

Para tal, o país contou com o apoio da equipa da OMS em Cabo Verde, em todas as etapas requeridas, num trabalho coordenado e profundo.



"A certificação como país livre de malária tem um enorme impacto e foi preciso muito tempo para chegar a este ponto. Em termos de imagem externa do país, isso é muito bom, tanto para o turismo como para outras. O desafio que Cabo Verde superou no sistema de saúde está a ser reconhecido", afirmou o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva.

Cabo Verde, um arquipélago de 10 ilhas no Oceano Atlântico Central, tem enfrentado desafios significativos em matéria de malária. Antes da década de 1950, todas as ilhas foram afectadas pelo paludismo. As epidemias graves eram frequentes nas zonas mais densamente povoadas até à implementação de intervenções específicas. Através da utilização orientada da pulverização de insecticidas, o país eliminou a malária duas vezes: em 1967 e 1983. No entanto, lapsos subsequentes no controlo dos vectores levaram a um regresso da doença. Desde o último pico de casos de malária no final dos anos 80, o paludismo em Cabo Verde tem estado confinado a duas ilhas: Santiago e Boa Vista, que estão agora ambas livres do paludismo desde 2017.





"A conquista de Cabo Verde é um sinal de esperança para a região africana e não só. Demonstra que, com uma forte vontade política, políticas eficazes, envolvimento da comunidade e colaboração multissetorial, a eliminação da malária é um objetivo alcançável", afirmou o Dr. Matshidiso Moeti, Diretor Regional da OMS para África. "A conquista deste marco por Cabo Verde é um exemplo inspirador para outras nações seguirem."

A jornada de Cabo Verde para a eliminação do paludismo tem sido longa e recebeu um impulso com a inclusão deste objetivo na sua política nacional de saúde em 2007. Um plano estratégico para o paludismo de 2009 a 2013 lançou as bases para o sucesso, centrando-se num diagnóstico alargado, num tratamento precoce e eficaz e na notificação e investigação de todos os casos. Para conter a onda de casos importados da África continental, o diagnóstico e o tratamento foram fornecidos gratuitamente a viajantes internacionais e migrantes.

Em 2017, o país transformou um surto numa oportunidade. Cabo Verde identificou os problemas e introduziu melhorias, o que levou a zero casos autóctones durante três anos consecutivos, resultado de um trabalho coordenado e intersectorial, com o envolvimento dos setores de saúde, ambiente, agricultura, transportes, turismo bem como do empenho das organizações de base comunitária e das ONG, que demonstraram o engajamento abraçando essa meta comum.

Essa caminhada de Cabo Verde para a eliminação do paludismo foi longa e recebeu um impulso com a inclusão deste objetivo na sua política nacional de saúde em 2007. Um plano estratégico para o paludismo, de 2009 a 2013 lançou as bases de um diagnóstico alargado, tratamento precoce e eficaz e de notificação e investigação de todos os casos.

Durante pandemia de COVID-19, o país salvaguardou os progressos; os esforços centraram-se na melhoria da qualidade e da sustentabilidade do controlo dos vectores e do diagnóstico do paludismo, reforçando a vigilância - especialmente nos portos, aeroportos, na capital e nas zonas com risco de restabelecimento da doença.

A colaboração entre o Ministério da Saúde e vários departamentos governamentais com foco no ambiente, na agricultura, nos transportes, no turismo, etc., desempenhou um papel fundamental no sucesso de Cabo Verde. A comissão interministerial para o controlo dos vectores, presidida pelo Primeiro-Ministro, foi fundamental para a eliminação. O esforço de colaboração e o empenhamento das organizações de base comunitária e das ONG demonstram a importância de uma abordagem holística da saúde pública.

Enquanto Cabo Verde celebra este feito monumental, a comunidade global elogia os seus líderes, profissionais de saúde e cidadãos pela sua dedicação na eliminação do paludismo e na criação de um futuro mais saudável para todos.

Para apoiar o país a alcançar essa meta nacional, a OMS disponibilizou uma importante parceria técnica, científica e financeira, cuja equipa do Escritório de Cabo Verde participou em todas as fases do processo.





## UNESCO

Cidade Velha - Património Mundial  
Recebe o primeiro campo-escola  
internacional de arqueologia  
subaquática



A cidade de Cidade Velha, centro histórico de Ribeira Grande e local classificado como Património Mundial da UNESCO desde 2009, acolheu, nas primeiras semanas de Junho, o primeiro "Campo-Escola Internacional de Arqueologia Subaquática - Santiago 24" sobre a proteção e valorização do património cultural subaquático. A iniciativa é liderada pelo Escritório Regional da UNESCO para a África Ocidental em Dakar, em parceria com o Instituto do Património Cultural (IPC) do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, a Cátedra UNESCO sobre "O património cultural do oceano" da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), e o clube de mergulho Santiago Dive Center de Tarrafal (Cabo Verde).

Este campo-escola de arqueologia subaquática, em conexão com a implementação operacional da Convenção de 2001 sobre a proteção do património cultural subaquático para os países da fachada atlântica de África, visa reforçar as capacidades dos jovens profissionais da região e a cooperação Sul-Sul nesta matéria. Contribui também para a complementaridade das Convenções Culturais da UNESCO para reforçar a sua eficácia a fim de melhor proteger o património em todas as suas formas.

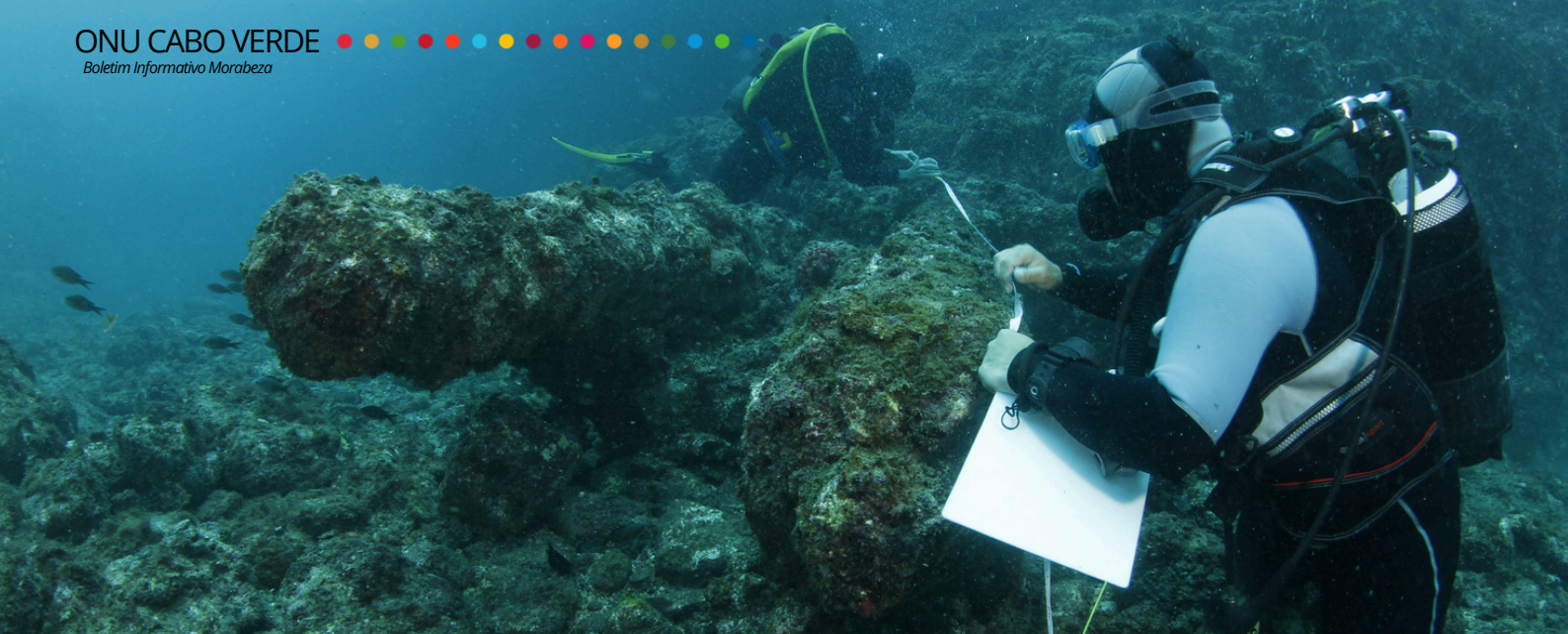
A Convenção de 2001 para a proteção do património cultural subaquático, que até agora reúne 76 Estados partes, incluindo Cabo Verde, define património cultural subaquático como "todas os vestígios de existência humana com caráter cultural, histórico ou arqueológico que estão submersos, parcial ou totalmente, periodicamente ou permanentemente, há pelo menos 100 anos".

Este instrumento normativo da UNESCO contribui para a luta contra o saque em massa, a exploração comercial, o tráfico ilícito ou a recuperação contrária à ética dos bens culturais submersos. A Convenção aumenta a proteção jurídica dos locais do património cultural subaquático e dos objetos culturais e também responde à necessidade global de orientação científica e facilita a cooperação bilateral e multilateral.



*Dez (10) jovens investigadores em arqueologia subaquática do Senegal, Gâmbia, Moçambique, Comores, Eritreia, Quênia, Namíbia e de Cabo Verde tiveram a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos e experiências na área da gestão do património cultural subaquático onde a expertise é rara em África. Nesta ocasião, o Campo-Escola alternou atividades teóricas e práticas: no local de ancoragem de Cidade Velha, bem como num local de naufrágio relacionado ao comércio transatlântico, com metodologias e técnicas próprias da arqueologia subaquática que permitiu um estudo aprofundado dos vestígios arqueológicos subaquáticos da ilha de Santiago, e finalmente uma melhor compreensão da dinâmica marítima em torno de Ribeira Grande de Santiago. Esta atividade também permitirá aprofundar a documentação das coleções da reserva do museu de arqueologia de Praia.*





A escolha de organizar este campo-escola de arqueologia subaquática, Santiago 24, em Cabo Verde não é por acaso. Ponto de conexão entre a Europa, a África e a América, estação atlântica intercontinental no tráfego marítimo, o arquipélago de Cabo Verde guarda nos seus fundos marinhos mais de cinco (5) séculos de vida marítima. O seu património cultural subaquático que no passado foi vítima de campanha de exploração comercial, reflete a história do Atlântico e constitui um importante testemunho para compreender os mecanismos da aventura fundadora do mundo moderno. Além disso, o "Campo-Escola Santiago 24" coincidiu com a Celebração do Dia Mundial do Oceano 2024, que proporcionou uma plataforma de troca de experiências e sensibilização através da realização de uma mesa-redonda de alto nível sobre "O Património Cultural Subaquático na Década das Nações Unidas para as Ciências Oceânicas".

Painéis foram organizados consecutivamente em torno dos temas do compromisso dos jovens profissionais africanos para a proteção do património cultural subaquático e do lugar do

património cultural subaquático em África na década das Nações Unidas para as ciências oceânicas. O evento mobilizou estudantes das universidades de Cabo Verde, representantes do Sistema das Nações Unidas assim como atores que trabalham no sector dos oceanos.

Esta atividade inscreve-se na continuidade dos esforços desenvolvidos pela UNESCO para a proteção e valorização do património cultural subaquático e a formação dos profissionais africanos em arqueologia subaquática. Ela alinha-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular em matéria de educação, de preservação do património e de promoção do turismo sustentável. Contribui igualmente para Década das Nações Unidas para as ciências oceânicas ao serviço do desenvolvimento sustentável (2021-2030) e para a Agenda 2063 da União Africana.

Referências - Links relacionados:

[Texto da Convenção de 2001 sobre a proteção do património cultural subaquático](#)  
[Ações do Escritório da UNESCO para a África Ocidental para a proteção do património cultural subaquático em vídeo](#)  
[Os bens culturais subaquáticos são objeto de tráfico ilícito.](#)



## Não deixar ninguém para trás

# Combater a pobreza menstrual



**“A dignidade menstrual é uma questão de direitos humanos e deve ser para todas”**

Presidente APMUD



# UNFPA

## Capacitar mulheres e meninas com deficiência na gestão da saúde menstrual



Todos os dias, cerca de 800 milhões de mulheres e meninas menstruam. No entanto, para muitas, um processo biológico e natural traz consigo vários problemas. Muitas enfrentam preconceitos, exclusão e rejeição, vergonha e humilhação pois a menstruação, em muitas sociedades, é ainda vista como um tabu ou está repleta de mitos. Há ainda a falta de conhecimento sobre as transformações corporais e a pobreza menstrual que impede meninas de ir à escola por não terem acesso a produtos sanitários, ou porque as suas escolas não têm instalações sanitárias adequadas.

O cenário é ainda mais difícil quando se trata de meninas e mulheres com deficiência. Elas enfrentam desafios ainda maiores na gestão da sua menstruação de forma higiénica e com dignidade, enfrentando muitas vezes um duplo estigma devido às normas sociais em torno do género e da menstruação e por terem uma deficiência.

Para colmatar alguns desses constrangimentos, a Associação para a Promoção e Inclusão de Mulheres e Meninas com Deficiência (APIMUD) juntou-se ao Centro de Investigação em Género e Família da Universidade de Cabo Verde para capacitar cerca de duas dezenas de mulheres e meninas com deficiência, sobre a temática da dignidade menstrual. Uma formação que contou com o apoio do UNFPA - Fundo das Nações Unidas para a População.

Para a Presidente da APIMUD, Euridice Andrade, esta foi “Foi uma formação muito impactante. Elas aprenderam sobre os cuidados que devem ter com o corpo quando tem o período menstrual, como fazer a higiene, as práticas que devem adotar. Saem da formação com conhecimentos amplos e o que vi e ouvi deixa-me muito contente por ver que elas captaram e assimilaram rapidamente os conhecimentos transmitidos.”

A APIMUD, por uns tempos, distribuiu pensos higiénicos recicláveis às suas associadas, mas por falta de apoios e de recursos, não deu continuidade à iniciativa. Para colmatar esse constrangimento Euridice Andrade, propõe que o Ministério da Saúde distribua gratuitamente pensos higiénicos às mulheres que não têm recursos suficientes.



*“Aprendi muito com a formação, agora conheço os vários tipos de pensos higiénicos, como usá-los, como cuidar do meu corpo sempre que menstruo e tudo isso irá ajudar-me imenso. Também aprendemos sobre os métodos contraceptivos, que não só nos ajudam a prevenir uma gravidez indesejada, mas também as infeções sexualmente transmissíveis. Estou muito satisfeita.”*

Patrícia Sousa, 27, formanda



“A dignidade menstrual é uma questão de direitos humanos e deve ser para todas. Então, deve ser uma questão prioritária para o Ministério da Saúde que deve disponibilizar, gratuitamente, pensos recicláveis para estas mulheres e meninas.

*“As vezes consigo comprar pensos higiénicos. Quando não dá, uso pedaços de tecido. Seria de grande ajuda recebermos pensos reutilizáveis.”*



Patrícia Sousa, formanda

Patrícia Sousa tem 27 anos tem uma deficiência visual. A formação ajuda-a a perceber melhor como funciona o seu corpo e considera ter sido útil que se tenha também falado dos métodos contraceptivos.

### Combater a pobreza menstrual

Porém, a pobreza menstrual é ainda o maior desafio para essas mulheres e meninas. Tanto Euridice como Patrícia falam desse problema. Euridice Andrade explica que dada a incapacidade de aceder ou pagar por produtos de higiene menstrual, muitas delas ficam privadas da sua dignidade e impedidas de sair á rua por não terem pensos higiénicos.

“Em Cabo Verde os pensos não são tão baratos e para essas meninas e mulheres, que recebem uma pensão social de cerca de cinco mil escudos, a primeira prioridade é sempre a alimentação, pelo que têm dificuldades em comprar estes pensos. Muitas delas nem saem de casa, ficam inibidas, com vergonha.



FAO

A inovação ao serviço do desenvolvimento sustentável



“OK SOLVE” VENCE II CONCURSO NACIONAL DE IDEIAS PARA A ECONOMIA AZUL

Montar um centro de reciclagem, comércio e indústria em São Vicente a partir do plástico que dá à costa na ilha deserta de Santa Luzia. Foi esta ideia de Daniel Brito, a escolhida de um leque de 54 candidaturas iniciais de 07 ilhas e 14 concelhos. Na reta final, 14 finalistas estiveram durante quase uma semana no Tarrafal de Santiago, onde receberam formação e apresentaram as suas ideias de negócios.

Das 6 seleccionadas, “OK SOLVE, Resíduos Sólidos e Industria Reversa”, de Daniel Brito, obteve o 1º lugar e conseguiu 500 mil escudos, “Escola de Surf” de Filomeno Carvalho ficou no 2º posto e arrecadou 350 mil escudos, enquanto Joseana Rodrigues com a ideia “Fazenda de Camarão em sistema de bioflocos” fechou o pódio com 250 mil escudos.

Sendo designer industrial, o vencedor diz que “Sempre tive dificuldades em encontrar matéria-prima para criar produtos que não causam forte impacto ambiental já que quase todo o tipo de material é importado, o que também torna tudo muito mais caro e inacessível para o mercado. A nossa proposta é trabalhar ambiental, social e economicamente. A ideia de reciclar o resíduo surge como uma necessidade de se criar uma matéria-prima secundária que poderemos processar e transformar aqui em Cabo Verde”.

De acordo com as contas de Brito, são 450 toneladas/ano de lixo oceânico que chegam à ilha de Santa Luzia, sendo mais de 60% plástico. Tendo parceiros para o transporte para a ilha de São Vicente a empresa “OK Solve” passaria a produzir produtos à base de plástico.



Daniel Brito, vencedor do primeiro lugar, recebe o prémio das mãos da Secretária de Estado do Fomento Empresarial, Adalgiza Vaz



Vencedores do 2º Concurso Nacional de Ideias para a Economia Azul



Embaixadora da Espanha, Ana Paredes Pietro, entrega prémio a jovem empreendedora, vencedora do segundo lugar.

O 2º Concurso Nacional de Ideias para a Economia Azul (PROMEB II) foi organizado pela Pró Empresa em parceria com a FAO e teve como objetivo identificar, atrair e promover o desenvolvimento de ideias de negócio inovadoras e iniciativas empreendedoras que permitam dar resposta às necessidades do mercado e contribuir para o crescimento e a expansão da Economia Azul caboverdiana.

Enquadra-se no projeto PROMEB II, financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que visa contribuir para o processo de transição sustentável para a Economia Azul em Cabo Verde, em consonância com a Estratégia Unificada para a Promoção da Economia Azul (CaSuEB) e com o Plano Nacional de Investimento para a Economia Azul (PNIEB).

A Responsável de Programas da FAO em Cabo Verde, Katya Neves considera “O PROMEB II é um sinal claro da aposta de Cabo Verde, da FAO e da Cooperação Espanhola no desenvolvimento do setor. O programa deve contribuir para as prioridades do Quadro de Programa-País entre a FAO e Cabo Verde para o período 2023-2027, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Governo e para os ODS1, 2, 5, 8, 10 e 14”.

O programa é executado pela Pró Empresa através de um Memorando de Entendimento com a FAO para a realização de "Concursos de ideias", promoção de startups e assistência técnica personalizada aos finalistas.

O projeto é financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). A maior parte das ações e atividades previstas foram realizadas, no primeiro ano com sucesso, a nível nacional, especialmente o concurso de ideias, que contou com uma teve uma boa participação, tendo representates de quase todas as ilhas.

A Embaixadora de Espanha em Cabo Verde, Ana Paredes, considera "que os jovens e as mulheres são objetivos fundamentais do desenvolvimento económico do país, o

recursos

recurso fundamental que Cabo Verde tem são as pessoas e acreditamos que com este tipo de projetos, em que já estamos na 2ª fase, é muito importante".

Já a Secretária de Estado do Fomento Empresarial, Adalgiza Vaz, garante que "Vamos acompanhar todos os participantes. Para nós, são todos vencedores por demonstrarem este espírito empreendedor. Nós queremos que sonhem e que lucrem. Temos diversas opções de financiamento e subsídios através da Pró Empresa".

O concurso teve uma excelente participação de jovens e não só de várias ilhas que, mesmo perante desafios pessoais de vária ordem, não esmoreceram e fizeram de tudo para aproveitar ao máximo a experiência.



## Um exemplo de porquê reciclar

A ilha de  
**Santa  
Luzia**

recebe  
**450  
toneladas  
de lixo/  
ano**

dos quais  
**60%  
é plástico**





# PNUD/UE

## 1.2 milhões de dólares para promover a transparência e prestação de contas

O Programa Regional para Governação Económica - Reforço dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas e da Fiscalização Orçamental (Pro PALOP-TL) disponibiliza 1,2 milhões de dólares para a implementação do plano de trabalho 2024/26, desenhado conjuntamente com o Governo de Cabo Verde e que visa contribuir para promover a transparência e prestação de contas em Cabo Verde, particularmente das contas públicas e a capacidade de mobilizar receitas internas, a fiscalização e o controlo externo independente.

Como principais prioridades deste Plano de Trabalho Anual 2024-2026 do Programa Regional para Governação Económica - Reforço dos Sistemas de Gestão das Finanças Públicas e da Fiscalização Orçamental - Pro PALOP | TL, financiado pela UE em Cabo Verde e pelo PNUD, que implementa, constam : Capacitação e especialização dos técnicos das instituições de controlo financeiro, digitalização, campanhas de informação e sensibilização visando a transparência orçamental, promoção e melhoria da literacia financeira e da cidadania fiscal, reformas de alguns instrumentos legais, capacitação das organizações da sociedade civil que trabalham com as questões de género, para melhor seguirem a execução orçamental.

Até 2026, o projeto irá contribuir para promover a transparência e prestação de contas em Cabo Verde, com foco sobre a transparência das contas públicas e na mobilização de receitas internas, na fiscalização e no controlo externo independente.

O planeamento plurianual da nova fase do Pro PALOP-TL contou com a participação das equipas do Ministério das Finanças, da Assembleia Nacional, do Tribunal de Contas, da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, do ICIEG e das Organizações da Sociedade Civil de Cabo Verde.

“*Trata-se de um programa ambicioso, que responde aos aspetos relevantes para o trabalho que a UE tem feito no âmbito da sua cooperação com Cabo Verde, nomeadamente, a transversalização do género de forma inovadora e o reforço das capacidades para a mobilização dos recursos internos.*”

Carla Grijó,  
Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde,

### Especializar técnicos para melhor gestão das finanças públicas

Concebido em 2015, na primeira fase Programa de Consolidação da Governação Económica e Sistemas de Gestão das Finanças Públicas PALOP-TL, pelo ISCTE-IUL|IPPS e pelo Tribunal de Contas de Portugal, curso já vai na sua 7ª edição e envolveu mais de 400 quadros dirigentes da administração pública e sistema de gestão das Finanças Públicas, policy-makers e decisores políticos, nos PALOP e Timor Leste.

O PRO PALOP - TL tem como objetivo a promoção da boa governação económica e a transferência orçamental nos PALOP-TL, através do reforço das competências técnicas e funcionais das Instituições Superiores de Controlo, dos Parlamentos e Parlamentares Nacionais e da Sociedade Civil. É financiado pela União Europeia e implementado pelo PNUD.





“O Luxemburgo procura, através da sua parceria, contribuir para a erradicação da pobreza e o reforço da governação e das capacidades no país, a nível central e local por forma a permitir o desenvolvimento sustentável das ilhas. O desenvolvimento do país acontece nos municípios. O engajamento activo das câmaras e assembleias municipais será crucial para o êxito deste projecto.”

Thomas Barbancey,  
Encarregado de Negócios da Embaixada do Grão-Ducado do Luxemburgo,

## LOCALIZAÇÃO DOS ODS



Cabo Verde adotou uma reforma da descentralização com o objetivo de promover a coesão nacional, reduzindo as assimetrias regionais, melhorando a eficácia das políticas públicas e permitindo que os cidadãos vejam os seus direitos a serem cumpridos localmente. Tanto o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II 2022-2026), quanto o Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF 2023-2027) estão alinhados neste propósito, procurando impulsionar ações que levem a uma “governança transformadora e coesão territorial reforçada” para abordar o problema da desigualdade territorial.

Nesta que é Década de Ação torna-se cada vez mais urgente o acelerar do passo para o cumprimento da Agenda2030, visando criar um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos os habitantes do planeta. A crescente localização dos ODS é crucial para garantir que os objetivos globais sejam adaptados e implementados de forma relevante, eficaz e inclusiva em nível local, onde agentes contribuindo assim para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Esta abordagem permite que sejam envolvidas ativamente as partes interessadas, desde governos locais, sociedade civil, setor privado e comunidades e proporciona uma maior probabilidade de que as ações sejam amplamente aceitas e apoiadas pela população local, promovendo assim uma maior apropriação dos objetivos.

## Programa Conjunto de Promoção de Desenvolvimento Local



O Programa Conjunto de Promoção de Desenvolvimento Local, lançado no início deste ano, contribui para localização dos ODS e aceleração do desenvolvimento local.

O Programa apoia os municípios no reforço da capacidade das autoridades locais para gerar receitas próprias, gerir eficaz e eficientemente os recursos existentes (incluindo os recursos naturais), envolver eficazmente as populações na agenda de desenvolvimento local, bem como permitir-lhes um melhor acesso aos serviços básicos, às infraestruturas económicas e aos bens.

“O que se quer é que todos os actores se engajem e aproveitem da melhor forma os instrumentos que lhes serão postos à disposição para ajudar neste processo de desenvolvimento e nesta caminhada para o desenvolvimento sustentável, não deixando ninguém para trás”.

Janine Lélis  
Ministra da Coesão Territorial





PNUD/Accelerator LAB

Factos com história

# LUZ PARA MUDAR A VIDA DE DEZENAS DE MENINAS

Por Natacha Magalhães



## PNUD

### Reduzir as desigualdades para criar oportunidades

Dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas, aponta para a existência de 1771 assentamentos informais (56% do total nacional) na ilha de São Vicente. Muitas destas casas de lata não possuem condições básicas, como o acesso a água, eletricidade e saneamento.

Para colmatar a falta de energia e proporcionar melhores condições de vida às famílias que ali vivem, a Organização das Mulheres de Cabo Verde, concebeu o projeto Luz para as meninas que beneficia, preferencialmente famílias que tenham meninas a frequentar um estabelecimento de ensino. São 575 pessoas, sendo 381 mulheres (66% do total dos participantes), 194 homens (34%) e 232 estudantes dos 5 aos 24 anos, do ensino pré escolar, básico, secundário e universitário. Destes, 150 são meninas.

Com financiamento do Accelerator Lab do PNUD, a OMCV instalou 150 kits de iluminação solar em 23 bairros da ilha e, com isso, melhorou as oportunidades educacionais de centenas de crianças vulneráveis. A iniciativa contribui com a concretização dos ODS 5 (igualdade de género), 7 (energias limpas) e 10 (redução das desigualdades).

Para a OMCV, o projeto não apenas proporciona o uso de energias limpas e renováveis, mas também fortalece o senso de comunidade – várias pessoas se disponibilizaram para voluntariamente apoiar na instalação dos kits – e empodera os beneficiários, e permitindo-lhes assumir um papel ativo na promoção do desenvolvimento sustentável nas suas comunidades.

Para o representante do PNUD Cabo Verde, David Matern, “trata-se de um projeto que acarreta uma dimensão social e transformacional de elevado valor, pois irá permitir que meninas sem acesso à eletricidade e às tecnologias de informação possam ter melhores oportunidades de aprendizagem e, conseqüentemente, um futuro próspero que só a educação e a formação proporcionam.”

O projeto Luz para as Meninas tem o custo total de 54 mil dólares, 20 mil dos quais financiados pelo Accelerator Lab e 34 mil dólares pelo Programa das Pequenas Subvenções do GEF – Fundo Global para o Ambiente, que apoia a nova fase.





**“O KIT DE ILUMINAÇÃO SOLAR SIGNIFICA MUITO PARA MIM E PARA MEUS FILHOS”** *Antónia Lima , 35 anos, chefe de família*

Antonia, Maria Alice, Tairine e Kateliny fazem parte do grupo de pessoas que passam agora ter luz em suas casas, graças ao projeto Luz para as Meninas.

Antónia Lima tem 35 anos é chefe de família e mãe de 4 filhos. A pandemia de Covid-19 obrigou-a a abandonar a ilha da Boa Vista, onde trabalhava, e a regressar à sua ilha de São Vicente com os filhos. Sem ter onde morar, construiu uma casa de tambor. Mãe de Tairine, que frequenta o ensino básico, foi selecionada para o projeto.

A escolha apanhou-a surpresa. Há muito tempo, Antonia tentava instalar luz em sua casa, mas a falta de recursos financeiros impossibilitou a concretização desse sonho. Sonho agora tornado realidade.

“A instalação do kit de iluminação solar significa muito para mim e para meus filhos. Antes gastava muito com velas e ainda havia a preocupação com a segurança dos meus filhos, principalmente dos mais novos. Essa preocupação desapareceu. É também um grande ganho para os meus filhos, que agora podem estudar melhor. Minha filha Tairine, que é boa aluna, agora tem melhores condições de estudar, ser o que quiser e ter uma vida melhor que a minha. Ela frequenta a escola à tarde, quando volta para casa já está escuro e ela não consegue fazer os deveres escolares. De manhã, ela tem que dividir o seu tempo entre ajudar nas tarefas domésticas, fazer os trabalhos escolares e ajudar o irmão mais novo a estudar. Muitas vezes não sobrava tempo. Agora tudo mudou”, explica Antónia.

Maria Alice Monteiro tem 56 anos. A sua habitação também foi selecionada porque a neta, uma menina de cinco anos, frequenta o jardim de infância, mora com ela. Maria faz bolos e cuscuz para vender. Ela sai de manhã cedo e volta no final da tarde. Ter luz em casa mudou a sua vida.

“Faço meus produtos à noite. Antes fazia tudo à luz de velas e me preocupava com a segurança. Agora preparo minhas coisas com segurança e luz. Estou muito satisfeita.”

“  
*Antes gastava muito com velas e ainda havia a preocupação com a segurança dos meus filhos, principalmente dos mais novos.*  
”  
*Antónia Lima*

Tairine e Kateliny são duas adolescentes de 13 anos. Ambas são estudante e já têm sonhos para o futuro. Tairine quer ser Procuradora de Justiça, Kateliny sonha em ser aeromoça. Ter luz em casa significa, para ambas, melhores condições para estudarem melhor e terem melhores resultados na escola.



FAO

## Economia Azul: "STARTUP MAR EMPREENDEDOR"



### Formações sobre Empreendedorismo: 140 mulheres e homens capacitados



No âmbito do acordo entre a EMAR e a FAO para a implementação da Estratégia de Género no setor das Pescas (2022-2026) e para o estabelecimento das condições necessárias para garantir uma operação e gestão eficaz e eficiente das instalações de frio para as comunidades, foram realizadas diversas formações sobre empreendedorismo, startup's e iniciação de pequenos negócios nas ilhas de S. Vicente, Santiago e S. Antão.

Na cidade do Mindelo, aconteceu a 2ª edição do "STARTUP MAR EMPREENDEDOR" com formações em Manuseamento e Conservação de Pescado, Técnicas de Refrigeração, em que as três melhores ideias de negócios foram premiadas. Os objetivos foram estimular novos negócios no setor da Economia Azul, formalizar negócios já existentes e criar redes de colaboração entre pescadores e peixeiras das zonas costeiras de São Vicente: São Pedro, Salamansa e Calhau. A iniciativa contou com a parceria da Cheetah Start, da Proempresa e do Projeto "Amdjer d Tcheu Luta".


Os certificados e prémios foram entregues a 67 formandos em cerimónia que decorreu no Museu do Mar. **Um dos vencedores é Juary do Rosário com a ideia "Mercadin" que prevê criar um espaço comercial com peixe fresco, peixe transformado, verduras, entre outros produtos do mar e não só. Considera que a formação "foi de extrema importância porque aprendi muito e também consegui o prémio com este projeto que já tinha apresentado noutros eventos mas não obtive o 1º lugar".**

Quanto ao valor do prémio, de 200.000\$00 (duzentos mil escudos) Juary diz que será empregue no projeto, o que dará grande impulso ao mesmo.


Para a Responsável de Programas da FAO em Cabo Verde, Katya Neves, "Estas formações são exemplos significativos da parceria entre a FAO e a EMAR e da importância que a questão género, neste caso nas pescas, nos merece a todos". Garante a continuidade na identificação das oportunidades e dos obstáculos para "capacitar mulheres e meninas a terem voz e serem participantes iguais na tomada de decisões relacionadas com as mudanças climáticas e a sustentabilidade é essencial para o desenvolvimento sustentável. Sem igualdade de género hoje, um futuro sustentável e igualitário permanece fora de nosso alcance", finaliza.

Já em Santo Antão, foram beneficiados 40 formandos em 2 ações de formação sobre PIN (Planear e Iniciar o seu Negócio) que decorreram em de Ponta do Sol, concelho da Ribeira Grande de Santo Antão. Em Santiago, mais precisamente na cidade da Praia, 33 mulheres e homens do mar beneficiaram da mesma formação.

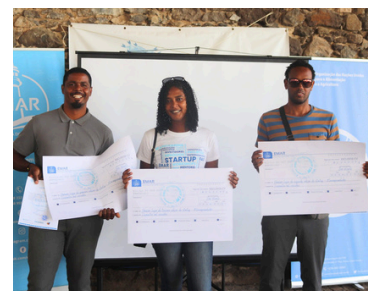
As formações aconteceram no âmbito do Projeto Iniciativa Pesca Costeira - África Ocidental (IPC-AO) executado pela FAO e que é um esforço global colaborativo, financiado pelo Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), que reúne agências das Nações Unidas e organizações internacionais de desenvolvimento com o objetivo de melhorar a gestão das pescas e a conservação da biodiversidade marinha nas zonas costeiras, através de uma melhor governança e fortalecimento da cadeia de valor de produtos da pesca.



*Esta formação foi de extrema importância porque aprendi muito e também consegui o prémio com este projeto que já tinha apresentado noutros eventos.*



Juary do Rosário um dos vencedores com a ideia "Mercadin"





## DIREITOS HUMANOS



Camilla Silva Floeistrup

### OHCHR

## Uma reflexão sobre os Princípios de Paris

Por: Camilla Silva Floeistrup

Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

As Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) são organismos nacionais independentes, estabelecidos pelo Estado, encarregados da promoção e proteção dos direitos humanos nos termos dos Princípios de Paris das Nações Unidas (ONU). As INDH desempenham um papel crucial no controle da situação dos direitos humanos nos seus países, aconselhando os governos sobre uma vasta gama de questões relacionadas com os direitos humanos e tratando queixas individuais de violações dos direitos humanos. Servem frequentemente de ponte entre o governo, a sociedade civil e outras partes interessadas, promovendo o diálogo e uma maior compreensão dos direitos humanos. A eficácia das INDH no desempenho destas funções está estreitamente ligada à sua adesão aos Princípios de Paris.

Para serem acreditadas pela Aliança Global das INDH (GANHRI), as instituições nacionais de direitos humanos devem estar alinhadas aos Princípios de Paris. Estes princípios foram adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993 e definem as normas para que as INDH funcionem eficazmente. Ao aderir a estes princípios, os países podem garantir que a sua INDH é independente, dispõe de recursos adequados e é capaz de abordar todo o espectro de questões relacionadas com os direitos humanos. Este alinhamento não só fortalece a infraestrutura nacional de direitos humanos de um país, como também melhora a reputação e o compromisso do país para com os direitos humanos a nível internacional. Os Princípios de Paris sublinham que as INDH devem ser mandatadas para promover e proteger os direitos humanos; devem funcionar independentemente do governo; devem incluir representantes de vários setores da sociedade; devem dispor de financiamento suficiente para funcionar; devem ter o poder de ouvir e considerar queixas, conduzir inquéritos e fazer recomendações ao governo; e devem preparar e publicar relatórios sobre a situação nacional dos direitos humanos e sobre as suas atividades.

Cabo Verde tem duas instituições que podem trabalhar para se tornarem uma INDH acreditada: a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) e o Provedor de Justiça. A figura do Provedor de Justiça foi criado pela Constituição (art. 21º) e é o Ombudsman do país. A CNDHC foi criada por um Decreto-Lei de 2004 e tem como mandato o acompanhamento das políticas públicas ligadas aos direitos humanos. A sua missão, de acordo com o artigo 3.º do Decreto, é "contribuir para a promoção e reforço do respeito pelos direitos humanos e para a densificação da cidadania, bem como atuar como órgão de vigilância, alerta precoce, consultoria, acompanhamento e investigação no domínio dos direitos humanos e do direito internacional humanitário".

### PRINCIPIOS DE PARIS

De acordo com os Princípios de Paris, cada Estado deve aspirar a desenvolver uma Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH) independente. Em Cabo Verde, houve uma tentativa recente de fundir as duas instituições e o país está a considerar opções para ter uma INDH que esteja alinhada com os Princípios de Paris, quer seja a CNDHC ou o Provedor de Justiça. Durante o quarto ciclo da Revisão Periódica Universal, em novembro de 2023, foi salientada a necessidade de uma INDH de pleno direito em Cabo Verde. Várias recomendações referem-se tanto à necessidade de alinhar a Comissão com os Princípios de Paris (125.12 Continuar os esforços para reforçar a Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania, a fim de garantir o pleno cumprimento dos Princípios de Paris - recomendação feita por Uruguai) como à possibilidade de combinar as duas instituições numa única INDH (125.17 Reforçar a independência da Comissão Nacional dos Direitos Humanos, garantindo que o projeto de reforma para a fundir com a instituição do Provedor de Justiça seja realizado em conformidade com os Princípios de Paris - recomendação feita pela Espanha).



Participantes da formação "Promoção e Monitoramento dos Direitos Humanos em Cabo Verde"

Independentemente do caminho escolhido, a eficácia é vital para garantir que a INDH cabo-verdiana possa cumprir o seu papel de promotora e protetora dos direitos humanos. Uma INDH ineficaz poderia ter um impacto negativo tanto na monitorização internacional da implementação dos direitos humanos em Cabo Verde, como na situação real dos direitos humanos no terreno.

As INDH, em conformidade com os Princípios de Paris (tendo recebido o 'estatuto A') têm uma legitimidade presumida a nível internacional que devem proteger. De fato, a sua capacidade de se envolver de forma independente a nível internacional é uma característica fundamental da sua singularidade como instituição que pode ligar o nível nacional ao nível internacional.

Para que uma INDH em Cabo Verde seja um parceiro fiável das organizações internacionais e

regionais de direitos humanos, deve ser eficaz e digna de confiança.

O Alto Comissariado para os Direitos Humanos está pronto a apoiar Cabo Verde nos seus esforços para criar uma INDH independente para o país, em conformidade com os Princípios de Paris.

Recentemente o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em parceria com o PNUD Cabo Verde, ministrou uma formação intitulada "Promoção e Monitoramento dos Direitos Humanos em Cabo Verde", organizada pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) e destinada aos técnicos e aos Comissários da referida Comissão, assim como aos colaboradores da Provedoria de Justiça, e membros da Comissão Interministerial.



Participantes da formação "Promoção e Monitoramento dos Direitos Humanos em Cabo Verde"



## UNICEF

### Cabo Verde avança na gestão de resíduos hospitalares

São 10 incineradoras adquiridas com o financiamento do UNICEF, em cerca de 40 mil contos, destinadas à gestão de resíduos hospitalares que irão contribuir significativamente para o reforço do sistema de Saúde, com impacto igualmente na saúde humana e ambiental e para o bem-estar das comunidades.

Para a Ministra da Saúde, Filomena Gonçalves, esta doação representa a incessante luta contra a pandemia da COVID-19, mas também é um passo gigantesco na promoção da saúde pública e na proteção do ambiente.

A governante congratulou-se com a esta doação, ressaltando que esta irá permitir um avanço significativo na gestão dos resíduos hospitalares em Cabo Verde.

“Até hoje o desafio de eliminar de forma segura e eficiente os resíduos gerados pela pandemia e outras patologias tem sido imenso. Com estas incineradoras estamos a adotar uma solução que não só nos permite eliminar os resíduos de forma segura, evitando a propagação de doenças, mas também proteger o meio ambiente contra a poluição.” disse a governante

Para o Representante do Escritório conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF em Cabo Verde, David Matern, as incineradoras desempenharão um papel crucial na eliminação segura e eficaz dos resíduos hospitalares, na garantia de segurança dos profissionais de saúde e na proteção e preservação da saúde de todos.

“Esta tem sido uma preocupação para o Governo de Cabo Verde, bem como para nós, no Escritório Conjunto. E esta preocupação cresceu exponencialmente durante a pandemia da covid-19, quando as quantidades de resíduos médicos aumentaram significativamente e todo o país só contava com uma incineradora para resíduos hospitalares. O UNICEF interveio e ofereceu-se para adquirir e apoiar a instalação de dez incineradores e formar equipas de gestão de resíduos para operar e manter o equipamento com segurança.”, realçou David Matern.

O projeto contemplou, para além da aquisição das incineradoras, a capacitação técnica dos profissionais de saúde em gestão de resíduos hospitalares; a aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual para gestão dos resíduos e a comunicação.

As incineradoras Incener8, entregues, dispõem de tecnologia avançada e permite a combustão de resíduos de forma segura e eficiente e um tratamento eficaz da combustão, possuindo capacidade de processamento de 30kg por hora.

A instalação seguiu uma rigorosa avaliação de impacto ambiental realizada por funcionários do Ministério da Agricultura e Meio Ambiente em coordenação com autoridades de saúde.



**400.000 dólares**  
**10 incineradoras última geração**

Capacitação técnica

Comunicação

aquisição de materiais e equipamentos de proteção

**4 vertentes**

As 10 incineradoras doadas ao país fazem parte de um projeto de resposta à Covid-19 com o objetivo da melhoria da capacidade nacional de gestão de resíduos hospitalares, particularmente de resíduos de risco biológicos de incineração obrigatória para o reforço da segurança sanitária nacional e serão instaladas as estruturas de saúde em todo o país.



## PROMOVER E ACELERAR O TURISMO EM SÃO FILIPE E CIDADE VELHA

*São Filipe Smart City e Aceleração do Turismo na Cidade Velha são dois projetos que irão impulsionar o turismo em dois municípios, São Filipe e Ribeira Grande de Santiago. Os dois contam com a parceria do PNUD, através do Accelerator Lab.*

Promover a cidade e o turismo no município de São Filipe, através das novas tecnologias e do digital, por meio da colocação de sinalética digital nos principais monumentos e edifícios históricos é o objetivo essencial do projeto São Filipe Smart Tour, projeto da Câmara Municipal de São Filipe.

Agora, com um dispositivo eletrônico, um click, um turista ou visitante pode passar a conhecer os 22 sobrados e monumentos da cidade de São Filipe, numa viagem personalizada e célere, tendo ainda a opção de ter informações em formato áudio.

“Estamos em presença de um projeto que muito bem soube aproveitar a era digital que vivemos e que está em constante desenvolvimento, para trazer uma solução tecnológica inovadora para o setor do turismo.”, disse o Representante Residente do PNUD, David Matern, no evento de inauguração do projeto.



## ACELERAR O TURISMO COM AS COMUNIDADES

Por sua vez, o projeto Aceleração do Turismo na Cidade Velha quer desenvolver o turismo local com o forte envolvimento das comunidades enquanto principias beneficiárias. Dai que algumas formações aconteceram por forma a capacitar operadores turísticos locais.

Com este projeto, o turista e o visitante poderão ter acesso a um conjunto de ferramentas que irá facilitar a sua visita a cidade-berço, a começar pela presença de um quiosque colocado no centro da Cidade Velha, para disponibilizar informação turística sobre espaços de lazer, hospedagem e gastronomia, entre outras.

Para completar as intervenções do projeto, foram capacitados 44 operadores turísticos em línguas estrangeiras, 21 jovens receberam formação em marketing digital, 11 motoristas de transporte público foram treinados em comunicação e habilidades interpessoais, foi realizada uma pesquisa para se entender melhor o perfil dos visitantes da Cidade Velha e melhorar a preparação dos operadores turísticos. Foi ainda lançado um site com informações essenciais sobre a Cidade Velha e instaladas duas novas paragens de transportes públicos e foram personalizados veículos para melhor identificação e confiança dos turistas





## Assinatura do Plano de Trabalho Conjunto



### Plano de Trabalho Conjunto 2024

Orçado em cerca de 15,7 milhões de dólares americanos, com **14,3 milhões** (até Junho 2024) já disponíveis, o Plano de Trabalho Conjunto de 2024 representa uma parceria de 18 Agências das Nações Unidas presentes em Cabo Verde, e cuja implementação irá contribuir para dar respostas às prioridades nacionais visando a redução da pobreza extrema, a promoção dos direitos humanos, inclusão e a redução da desigualdade de género. As intervenções estarão focadas em três áreas prioritárias estratégicas nomeadamente Talento humano, Economia e Ambiente e Governança e Coesão Territorial



Assinaram o documento a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Miryan Vieira e a Coordenadora Residente dos Sistema das Nações Unidas, em Cabo Verde, Patrícia Portela de Souza. O evento decorreu no quadro da realização da primeira reunião Anual do Comité de Pilotagem das Nações Unidas e Cabo Verde.

Refira-se que o plano de trabalho 2024, resulta de uma dinâmica participativa e envolvimento de mais de uma centena de parceiros nacionais, que durante dois meses trabalharam na definição e identificação das principais linhas de ação para o ano, alinhadas ao novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS-II), aos ODS e à Agenda 2030.

O Plano Anual de Trabalho Conjunto é um documento e instrumento de operacionalização do Quadro de Cooperação entre as Nações Unidas em Cabo Verde para um período de 5 anos e que já vai no segundo ano da sua implementação.

De realçar que durante essa reunião Anual do Comité de Pilotagem, que acontece duas vezes ao ano, o Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde procedeu a apresentação dos principais resultados da implementação das atividades realizadas em 2023.

São membros do Comité de Pilotagem: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Integração Regional, o Ministério das Finanças, a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde, a Plataforma das ONGs, Câmaras de Comércio de Sotavento e de Barlavento, Uni-CV. Estiveram presentes os parceiros de desenvolvimento bem como representantes e gestores dos programas e projetos das Agências das Nações Unidas em Cabo Verde.





### Créditos:

Esta é uma publicação das Nações Unidas em Cabo Verde

**Coordenação, adaptação, design gráfico, paginação, grafismo, produção:**

**RCO** - Anita Pinto, Communication and Advocay Specialist

#### Textos:

**RCO** - Anita Pinto, Communication and Advocay Specialist

**FAO**: Rui de Almeida Santos, Communication Officer

**UNDP, UNFPA e UNICEF** - Natacha Magalhães, Communication Analyst

**OMS** - Nelvino Lima Silva

**ONU-Habitat**: Jeiza Barbosa, National Technical Analyst, Country Office Focal Point

#### Fotografias:

Capa: © IDJ

Anita Pinto, Natacha Magalhães, Rui Almeida Santos, Nelvino Lima, Ródia Vicente, Ekvity dos Santos, Ivanilda Rodrigues (foto Índice), Governo de Cabo Verde



[cabo Verde.un.org](https://cabo Verde.un.org)



onucv



uncaboverde



uncaboverde

### Campanha #NãoAoÓdio



Pause



Verifique



Reaja



Provoque mudanças positivas



Apoie



Reporte



Eduque



Comprometa-se